

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

**SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE -
COMDEMA**

ATA MEMÓRIA	
Assunto Geral:	Discussão referente a reprogramação dos saldos da conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente do exercício de 2021;
Data:	27/07/2021
Horário:	09h00min - 11h00min
Local:	Reunião Remota pela plataforma Google Meet.
Coordenadores:	Rafael Ranconi
Relatoria:	Jesliane Lopes Cruz
Objetivo:	Pautas em anexo
Participantes:	Reunião Remota - Presença alistada ao final da ata.
Pautas da Reunião	1. LEITURA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 2. LEITURA DA ATA DA REUNIAO ANTERIOR 3. DISCUSSÃO REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS DA CONTA DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO EXERCÍCIO DE 2021 4. ASSUNTOS GERAIS

Atividades iniciais:

Às 09h00min, o secretário executivo Rafael Ranconi dá as boas-vindas, agradecendo a todos os presentes, informando o horário inicial da plenária e que seria feita a segunda chamada às 09h15min, conforme edital de convocação. Às 09h15min, Rafael solicita para Márcia Borges, chefe da Assessoria Técnica -ASTEC/SEMA, dê início a reunião. Ato Contínuo, Márcia cumprimenta a todos e declara aberta a reunião. Em seguida Rafael inicia a leitura da Ata da reunião anterior para aprovação. Rosalva abre questionamento, quando Rafael informa que o Plano de Aplicação do Fundo do Meio Ambiente foi aprovado sem a manifestação do voto de dela, Rosalva refuta e diz que votou pela aprovação, logo depois da Isabela, através do chat, Rafael de pronto tenta localizar a manifestação do voto de Rosalva no chat e não encontra, Rosalva afirma que votou pelo chat e Rafael diz que copiou do chat, que não fez adulteração das conversas e pede que em caso de desconfiança copiem o chat, e pontua que essa prática pode ajudar a todos. Rosalva não aprova o método de copiar o chat e pede que na próxima vez tire uma foto da imagem do chat. Iasmin se manifesta pedindo para Rafael fazer uma pesquisa pelo nome de Rosalva. Rafael, mais uma vez tenta localizar a manifestação de Rosalva e não encontra. Rafael afirma a Rosalva que o fato do seu voto não estar registrado no chat não a prejudica. Rosalva pondera que não se trata de prejudicarse, e sim por que vota sempre com a maioria. Isabela pergunta a Rafael se Rosalva ainda pode votar ou se será feita uma correção, Rafael diz que fica a critério de Rosalva. Iasmin questiona em que esse fato prejudica, Rosalva responde a Iasmin dizendo que não aceita que falem o que ela própria não fez, Rafael diz que Rosalva põe em questão o fato dele ter feito a cópia do chat e também não aceita ser colocado em questão pelo fato de ter copiado do chat. Isabela pontua que pode ter sido algo técnico. Iasmin localiza no chat o nome de Rosalva e a manifestação dela com a palavra aprovada, Rafael diz que trata-se da aprovação da ata, Rosalva volta a falar e afirma que jamais deixaria de votar quer: seja o contrário, seja abstenção ou seja aprovado, diz que se estava participando da reunião como é que poderia ter deixado de votar, Rafael pondera e diz que se errou pede desculpa. Rosalva aceita o pedido de desculpa. Em seguida, Rafael pergunta qual o voto de Rosalva e a mesma manifesta seu voto de acordo com a maioria. Desta forma, o Plano de Aplicação é aprovado por unanimidade. Em seguida Francilei da SEMUSA pede a palavra e pergunta a Rafael se teria como deixar as reuniões gravadas e Rafael informa que sim, mas que o recurso para pagar este tipo de serviço está condicionado ao Fundo do Meio Ambiente. Iasmin sugere mudar para plataforma Skype, haja vista que os

serviços de gravações pelo google meet são pagos, Rafael não faz objeção, mas pontua que precisa da manifestação de todos e que em momento anterior já havia colocado em votação acerca da mudança de plataforma e na ocasião não houve um consenso entre os conselheiros. O Conselheiro Francilei da SEMUSA sugere contratação de planos, pois não concorda em está mudando de plataforma o tempo todo. Rafael diz que precisa conversar com o secretário Alexandre a respeito da situação. Vencidas as discussões, Rafael dá continuidade à leitura da ata e ao fim da leitura abre espaço para as manifestações dos conselheiros, onde os mesmos aprovam a ata por unanimidade. Em seguida Rafael pergunta aos conselheiros se há considerações referentes ao material do superávit, e que poderiam aproveitar a presença da Vitória, do Departamento Administrativo -DA/SEMA, para sanar as dúvidas. Em seguida, Isabela propõe a Rafael uma dinâmica e solicita da Vitória, esclarecimentos das ações e justificativa do uso dos valores para cada projeto. O conselheiro Francisco do SIMPI, concorda com a fala de Isabela e diz que os conselheiros não analisam planilhas, e sim projetos, que a SEMA precisa explicar qual o objetivo de cada projeto, que não basta somente informar valores. Rafael passa a palavra para Vitória que em seguida faz a explanação do seguinte projeto: Projeto de bem estar animal - objeto e finalidade é a Contratação de empresa especializada em atividade veterinária (hospital/clínica veterinária) para prestação de serviços de esterilização cirúrgica (castração), fornecimento e implantação de microchip em caninos e felinos de ambos os sexos. Vitória explica que esse projeto demanda um custo alto e a secretaria não dispõe de orçamento próprio, por isso a necessidade de utilizar o orçamento do fundo e que o valor em destaque na planilha foi um valor estimado. Prosseguindo, informa que já existe empresa vencedora para a prestação do serviço, que o valor ficou em torno de R\$500.000,00(quinhetos mil reais). Informa que o projeto bem estar animal será dividido por etapas, sendo a 1ª etapa chamada de Projeto Piloto - que visa atender prioritariamente abrigos não regulamentados, construídos por voluntários que acolhem animais em situação de rua, cuja demanda é muito alta e a maioria não é castrado e dentro desses abrigos esses animais continuam a procriar. Vitória informa que a SEMA não sabe quantos abrigos existem, pelo fato de não terem registros e que todos os dias abrem abrigos novos, portanto são fatores que dificultam o controle sobre os dados. A alternativa encontrada para sanar a falta de dados é colocar o projeto piloto em prática, iniciando o mapeamento desses animais com a implantação dos microchips. Informa também sobre a existência de uma Ação Civil Pública, ajuizada em face do município com a finalidade de obrigar o gestor municipal a implementar programa de controle reprodutivo de cães e gatos, que incorre em multas milionárias no caso de descumprimento. Vitória frisa que o projeto de bem estar animal é o mais importante dentre os outros e a execução começará pelos abrigos, cujo valor estimado em R\$500.000,00 (quinhetos mil reais), para atender mil animais caninos e felinos de ambos os sexos. Prosseguindo, explica porque essa 1ª etapa é chamada de projeto piloto, pois visa demonstrar a dificuldade de manter tais atividades pela falta de orçamento para suprir a alta demanda, mas que mesmo assim a implementação é necessária, pois a partir do projeto piloto a SEMA poderá buscar emendas, bem como outros auxílios para a outras etapas do projeto. Isabela faz questionamento e diz que é muito complicado estimar o valor sem dados, que o lógico seria fazer um levantamento referente a quantidade de animais e quantidade de abrigos que existem na cidade para posterior saber quantos animais serão atendidos. Vitória informa que sabe quantos animais serão atendidos inicialmente. Isabela questiona como será feito o processo de seleção e Vitória responde que segue as orientações do Ministério Público Federal -MPF para os critérios de seleção dos abrigos. Isabela ratifica que precisa de dados de levantamento porque sem os dados técnicos não tem como mensurar valores. Vitória frisa que para essa 1ª etapa, denominada projeto piloto, serão atendidos exatamente mil animais e que para nortear essas ações será instituído um Termo de Ajuste de Conduta -TAC, celebrado através do MPF e Município e que a indicação dos abrigos será da vereadora Márcia, conforme acordado em reunião com o MPF, a SEMA e a Vereadora Márcia. Francisco pede para fazer as considerações, parabeniza a Vitória pela explanação, concorda com o projeto piloto, mas pondera que a castração deverá priorizar somente os animais machos nessa 1ª etapa. Prosseguindo, pede a implementação de campanhas de conscientização, através de mídias sociais e materiais publicitários,

sugerindo destinar parte do recurso para educação ambiental. Isabela concorda com a fala do Francisco, mas diz que as ações que envolvem educação ambiental devem ficar para a próxima fase. Vitória informa que ações de educação ambiental serão contempladas nas novas etapas do projeto. Isabela questiona Vitória, referente a existência de uma Emenda Parlamentar no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), destinada para campanha de castração de animais de rua. Vitória informa que a referida Emenda Parlamentar é de autoria do Deputado Federal Léo Moraes. Prosseguindo, pondera e comunica aos conselheiros sobre um processo de contratação de empresa para a prestação de serviços de análises clínicas, atendimento 24h de urgência e emergência que está em fase de elaboração e pesquisa de valores e que poderá utilizar do recurso da emenda para este fim. Isabela ratifica a existência do recurso, afirma que a finalidade é para a castração. Em seguida, afirma que o recurso já está disponível para utilização, conforme veiculado nas redes sociais. Em seguida, Vitória explica que a disponibilização desse recurso demanda procedimentos administrativos e orçamentários, portanto a liberação não é imediata, por isso não o incluiu no projeto piloto. Isabela volta a fazer questionamento, desta vez acerca dos materiais de EPIs, incluso na planilha do superávit, indaga se esses materiais não estão embutidos nos valores das castrações. Vitória explica que aquisição dos os EPIs, contempla outra fase do projeto e busca atender aos servidores da SEMA, que farão a triagem dos animais. Vitória explica que para realizar a castração do animal é preciso avaliar se estão aptos para o procedimento. Em seguida, passa a palavra para Joana, Diretora do Departamento de Proteção e Conservação Ambiental DPCASEMA, que esclarece a necessidade da utilização dos EPIs no processo de triagem, destacando que os animais precisam passar por avaliação física e clínica para que possam estar aptos para a cirurgia. Joana esclarece também quanto a necessidade de manter o sigilo dos endereços dos abrigos, pois a divulgação contribui para a superlotação desses lugares. Rosalva questiona sobre o processo da triagem, não entendeu porque a necessidade da triagem ser feita pela SEMA, compreende que cabe aos consultórios clínicos realizar o procedimento. Joana explica que a triagem a ser realizada pelos servidores da SEMA, será para atender as intercorrências, visitas em abrigos, garantir e prezar pela segurança do animal e evitar os riscos na cirurgia. Joana denomina essa fase como Fiscalização. Francisco questiona quem fará o transporte dos animais até a clínica, Joana diz que cabe aos coordenadores dos abrigos. Diz que um projeto incluindo o transporte dos animais fica muito mais caro. Francisco pergunta quais os serviços contratados e Joana responde os seguintes: Hemograma, cirurgia de esterilização e microchipagem. Francisco pondera e diz que o transporte precisa está no contrato, pois julga tão necessário quanto a cirurgia. Joana diz que enquanto veterinária discorda, pois avalia que a esterilização do animal é algo muito relevante, se comparado aos transportes dos animais. Francisco refuta a fala de Joana e afirma que o transporte é tão importante quanto os procedimentos de higiene no ato da cirurgia e pede a inclusão do serviço no contrato. Rosalva em seguida pontua que trata-se de animais abandonados, que estão em abrigos e muitas vezes as condições desses abrigos são precárias e que os coordenadores não têm condições de realizar o transporte. Entretanto concorda com a Joana, que a inclusão do transporte desses animais vai aumentar muito o valor do projeto. Mediante o impasse, Rosalva sugere 2 (duas) opções: castração móvel, através do castramóvel ou a inclusão do transporte no projeto, diz que se não for resolvido a questão do transporte o projeto não terá sucesso. Joana informa que nas experiências anteriores, o coordenador do abrigo era o responsável pelo transporte dos seus animais. Vânia, do Departamento Administrativo pede a palavra e informa o valor da pesquisa de preço, referente a microchipagem, o fornecimento de chip e o serviço em si, que ficou aproximadamente R\$759.000,00 (setecentos e cinquenta e nove mil reais), na época em que foi feito o levantamento, hoje com inclusão do serviços de transporte poderá chegar a R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), e que não pode direcionar todo o recurso somente para a essas duas ações, que a política do bem estar animal precisa ser atendida na sua totalidade, com as obrigações prevista em lei. Rosalva questiona a implantação dos microchips e julga o procedimento desnecessário, haja vista que os animais estão em abrigos. Na sequência Vânia explica que o implante do microchip é obrigatório, previsto em lei. Francisco solicita para Vitória e Vânia um pré-projeto para avaliar a viabilidade das ações, pois teme que falhas

no processos possam colocar em risco o sucesso da implementação do projeto. Vitória responde que respeita o posicionamento de Francisco, mas acha equivocada, em seguida explica que o projeto atende parte da demanda dos abrigos, uma vez que não possui um levantamento atualizado, e que será necessário dar início a execução para realizar o levantamento do quantitativo dos animais. Prosseguindo, diz que a questão referente ao transporte dos animais não será empecilho, pois ficará sob a responsabilidade dos donos, cita que a secretaria possui experiências em projetos dessa natureza, que com base nas experiências anteriores o projeto foi elaborado. Vitória fala da microchipagem para o mapeamento dos animais, e que o microchip de identificação é obrigatório, conforme prevê a legislação, portanto não poderá ser deixado de fora do projeto. Acrescenta que até outubro todos os animais deverão receber obrigatoriamente o microchip. Prosseguindo, fala sobre adoção dos animais e as tratativas com o MPF, visando auxílio na realização das campanhas e feiras de adoção. Francielei pede a palavra e pergunta a Vitória sobre os transportes dos animais, sabe que 2 (duas) carrocinhas serão cedidas para SEMA. Vitória responde que os transportes não são para esse projeto. Vitória comunica que a empresa contratada para o serviços de castração e implante de microchip, fará atendimento por agendamento e que a SEMA ficará responsável pela triagem e marcação das cirurgias de acordo com a disponibilidade de vagas da clínica. Vitória informa que a SEMA está fazendo aquisição de caixas de transporte animal e que os coordenadores dos abrigos poderão pegar emprestado. Rosalva muda o assunto e avança para outra ação elencada na planilha do superávit, fazendo perguntas sobre a telemetria. Vitória pergunta se as dúvidas em relação ao projeto de bem estar animal foram sanadas e se o projeto foi aprovado pelos conselheiros. Rosalva responde que a finalidade da reunião não é para aprovar projetos e sim sanar dúvidas. Prosseguindo, pede também a apresentação de um pré-projeto para facilitar no momento da aprovação da prestação de contas, diz que sem poder fazer a conferência do que foi executado não consegue aprovar as contas com celeridade. Vitória informa que vai encaminhar para os conselheiros o Termo de Referência. Francisco aprova o envio do TR e diz que vai analisar e fazer as considerações necessárias. Isabela sugere que após a análise do projeto os conselheiros possam apresentar uma contraproposta. Vitória explica que o projeto já foi licitado, que não tem orçamento, e que por essa razão precisa utilizar o recurso do fundo para custear o projeto, ressalta que a falta de recurso gera demanda judicial. Isabela volta a falar sobre a telemetria, pergunta se é para monitorar o veículos da secretaria, Vânia responde que sim, acrescenta que a contratação já foi licitada por registro de preço cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para os serviços de telemetria, rastreamento, monitoramento veicular com geolocalização, transmissão de dados por GPS, acesso de web e identificação de condutor. Isabela pergunta a forma de pagamento desses serviços. Vânia responde que o pagamento será mensal. Prosseguindo, informa que os equipamentos para realizar a telemetria serão fornecidos por sistema de comodato. Em seguida, Rosalva questiona o valor destinado para o item: Aquisição de indivíduos arbóreos de grande porte e pergunta o que quer dizer indivíduos arbóreos. Joana explica que são árvores maiores que as mudas. Rosalva também questiona sobre o pedido de aquisição do caminhão basculante. Joana explica que é para atender a Gerência de Arborização Urbana, cujo objetivo é auxiliar nos serviços diários de arborização urbana, recolhimento de resíduos e transporte de materiais da equipe de campo. Francisco pergunta se o caminhão irá pertencer a SEMA ou a Secretaria de Serviços Públicos de Limpeza Urbana. Joana responde que é para SEMA. Isabela indaga sobre o programa A3P, referente à aquisição dos materiais permanentes. Vitória informa que não tem conhecimento do projeto completo, portanto não pode explicar, que a explanação do projeto seria feita pela diretora do departamento que solicitou a aquisição, em seguida pede desculpa e justifica ausência da mesma. Isabela questiona o item: Atividade de Licenciamento Ambiental, diz que na reunião passada os conselheiros já haviam aprovado a aquisição do material permanente, através do fundo e pergunta o porquê que esses materiais estão na lista para aquisição novamente. Vânia explica que não tem orçamento para a compra de todo o material permanente e que precisa dividir, transferindo parte do material para ser adquirido através do fundo. Isabela ressalta que o dinheiro do fundo deve colaborar para estruturação da secretaria, mas que não pode ser frequentemente utilizado para essa finalidade. Vânia esclarece que precisa melhorar a

estrutura do departamento de licenciamento, pois é de lá que sai parte dos recursos do fundo e que o objetivo de estruturar o departamento é aumentar o número de atendimentos. Isabela questiona que na reunião passada os conselheiros aprovaram sem ressalva o plano de aplicação do fundo, valor estimado aproximadamente R\$1.800.000,00 (Hum milhão e oitocentos mil reais), que no plano já havia programação de valores para estruturar a SEMA e que a mesma solicitação de estruturação aparece na programação do superávit. Em seguida pede equidade na distribuição dos recursos do fundo, diz que não tem planejamento de ações em prol da sociedade civil, não há programas para qualificação dos conselheiros e falta infraestrutura para o COMDEMA, destaca que gostaria de propor projetos, mas que todas as ações giram em torno de manter a estrutura da SEMA. Vânia explica que o plano de aplicação abrange outros departamentos. Rafael pede a palavra e informa que o tempo da reunião expirou e pergunta aos conselheiros se pretendem estender ou marcar uma nova reunião para dar continuidade na discussão. Isabela responde que precisa assimilar todas as informações e que depois decide em consenso com o conselho sobre marcar uma nova reunião. Por fim, Rosalva, solicita o envio do material detalhado das ações. Finalizadas as manifestações e nada mais a se tratar, a reunião foi finalizada às 11h00min. Eu, Jesliane Lopes Cruz, autuo e lavro esta ata.

Porto Velho, 27 de julho de 2021.

Lista de presença:

DEBORAH MONTEIRO DOS SANTOS
KANINDÉ

FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO
SIMPI

IASMIN DE MAGALHÃES
SEMPOG

ISABELA E. CURY COUTINHO
UNIR

RAFAEL RANCONI
SEMA

ROSALVA FERREIRA
Fecomércio

VANIA CABRAL
SEMA

VITÓRIA BOSCO
SEMA

ADONILDO MENEZES
AREA

FRANCILEI DIAS
SEMUSA

JOSÉ ZACARIAS
SEMED

URBANITA CARVALHO
SEMA

TONI INDUSTRIAL
CATANORTE

LUIZ CARLOS FERREIRA NEVES
CATANORTE

LENARA MELO
Incubadora UNIR

Publicado por:

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 11/08/2021. Edição 3027
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>